

***Plano Nacional de Educação
e
Planos Estaduais de Educação***

**Mariza Abreu
Maio / 2013**

Plano Nacional de Educação

- ✓ Previsão CF, art. 214, alterado pela EC 59/09
- ✓ I PNE: 3 anos de tramitação no CN
Lei nº 10.172, de 09/01/01
- ✓ II PNE: PL 8035, de 20/12/10
 - CD: Comissão Especial, 2.915 emendas ao texto original, 6 Substitutos do relator Dep. Ângelo Vanhoni, 449 emendas ao 1º Substitutivo, texto final enviado ao SF em 25/10/12
 - SF: PLC 103/2012 distribuído às CAE, CCJC e CE, 80 emendas, Relatório do Sen. José Pimentel em apreciação CAE
 - Modificado no SF, volta à CD, depois vai à sanção

Principais críticas ao I PNE

- ✓ Falta de recursos para execução das metas
 - ✓ veto à meta de 7% do PIB para educação
 - ✓ vetos mantidos pelo Congresso Nacional em 6/05/09
 - ✓ por que o veto não foi derrubado em 2003 e não houve adequação dos dois PPAs seguintes?
- ✓ Não elaboração da maioria dos PEEs e PMEs ⇒ por quê?
 - ✓ 16 Estados (AC,AP,RO,RR,BA,CE,MA,PI,RN,SE, ES, MG, SP, PR, SC, RS) e o DF sem PEE
 - ✓ em 2009, 3.138 dos 5.565 Municípios com PME (56% do total)
 - ✓ no legislativo, superdimensionamento das demandas sociais *versus* capacidade dos governos de atendê-las
- ✓ I PNE com muitas diretrizes e metas (286) e/ou inviabilidade de muitas metas (II PNE com 20 metas e 232 estratégias = 252)

PL nº 8.035/2010: Substitutivo da CD

Art. 2º : acréscimo de diretrizes à CF

Art. 3º : cumprimento das metas no prazo do PNE

Art. 4º : metas referenciadas a censos e levantamentos

Art. 5º : monitoramento e avaliações periódicas; revisão da meta de financiamento no 4º ano do PNE, royalties para educação

Art. 6º : duas conferências nacionais e o fórum nacional (Portaria 1.407/2010)

Art. 7º : implementação em regime de colaboração

Art. 8º : planos dos Estados, DF e Municípios em um ano

Art. 9º : leis sobre gestão democrática em um ano (SF: em dois anos)

Art. 10 : dotações nas leis orçamentárias locais

Art. 11 : sistema nacional de avaliação da educação básica

Art. 12 : encaminhamento do projeto de PNE subsequente no 9º ano do PNE

Art. 13 : lei do sistema nacional de educação, em dois anos

SF: mais 4 arts. = inativos fora de MDE e royalties para a educação

Metas do II PNE

Resultados/ fins	Condições / meios
1. Atendimento escolar (matrícula) Ed. Básica e Técnica (1, 2, 3, 4, 6, 10, 11) Ed. Superior (12, 14)	1. Financiamento da educação Ed. em geral (20)
2. Movimento escolar (fluxo/conclusão) Ed. Básica (2, 3)	2. Valorização do magistério Ed. Básica (15, 16, 17, 18) Ed. Superior (13)
3. Qualidade do ensino (aprendizagem) Ed. Básica (5 e 7)	3. Gestão da educação Ed. Básica (19)
Indiretos (exemplos) 4. Escolaridade média e equidade (8) 5. Analfabetismo absoluto e funcional (9)	

Em vermelho, número das metas do PL 8035/10

Expansão da Educação Infantil

Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos de idade, e ampliar, a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE.

Situação atual (2012):

Faixa etária	Taxa de Atendimento					
	Brasil			São Paulo		
	População	Matrículas	Taxa	População	Matrículas	Taxa
0 a 3 anos	10.549.326	2.531.129	23,9%	2.047.903	834.627	40,8%
4 e 5 anos	5.620.829	4.723.927	84,0%	1.084.017	1.007.889	92,9%

I PNE ⇒ também meta de 50% de 0 a 3 anos, e taxa aumentou de 9,9% em 2000 para 19,9% em 2010

Programas de apoio às famílias (no II PNE, proposta da oposição)
50% é meta nacional. Como calcular as municipais e estaduais?

Universalização e conclusão no Ensino Fundamental

Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 para toda população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

	Taxa de Atendimento de 6 a 14 anos	Taxa de Conclusão do Ens. Fundamental aos 16 anos - 2011
Brasil	98,2%	64,9%
São Paulo	98,7%	81,0%

	Total	Públicas	Municipais	% Mun/Pub	Públicas EF 8 anos	Públicas EF 9anos
Brasil	29.702.498	25.431.566	16.323.158	64%	5.293.431 (21%)	20.138.135 (79%)
São Paulo	5.765.903	4.782.024	2.334.747	49%	2.034.790 (43%)	2.747.234 (57%)

⇒ I PNE: universalizar de 7 a 14 anos e ampliar EF para 9 anos a partir dos 6 anos de idade (Leis 11.114/05 e 11.274/06)

Universalização e conclusão no Ensino Médio

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.

Em 2011:

	Taxa de Atendimento	Taxa de Escolarização Líquida	Taxa Conclusão 19 anos
Brasil	80,6 %	51,6 %	51,1 %
São Paulo	80,4 %	67,1 %	67,6 %

Questão central ⇒ reforma curricular

- ✓ I PNE: Nova concepção curricular e ampliação da oferta diurna
- ✓ II PNE: Diversificação curricular, redimensionamento da oferta diurno e noturno, distribuição territorial das escolas, universalização do ENEM

Modalidades de educação básica: educação especial

Meta 4: Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, **preferencialmente na rede regular de ensino**, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, público ou comunitários, nas formas complementar e suplementar, em escolas u serviços especializados, públicos ou conveniados.

- ✓ Concepção em debate: somente na rede regular, ressalvados casos por laudo médico validados pelos sistemas de ensino

	Pessoas com Deficiência 0 a 17 anos (2010)	Matriculados em Ed. Especial (2012)	Matriculados/Total Pessoas Deficiência
Brasil	4.678.008	851.601	18,2%

Qualidade da Educação Básica

Meta 5: Alfabetização das crianças

PL original: Alfabetizar todas as crianças **até, no máximo, os 8 anos de idade.**

Emendas: PSOL e PT/sindical: ... até o final do 3º ano do EF

Outros Deps. PT: ... até o final do 2º ano do EF

Dep. Dorinha (DEM)/Consed: ... até os 7 anos de idade

PSDB: ... até o final do 1º ano do EF

Substitutivo 1 : ... até o final do 2º ano do ensino fundamental.

Emendas: PSDB: ... até 2016, até o final do 2º ano e, a partir de 2017, até o final do 1º ano

Texto final da CD: ... até o final do 3º ano do ensino fundamental.

Substitutivo Sen. José Pimentel: ... no máximo, até os 8 anos de idade, durante os primeiros cinco anos de vigência do plano; no máximo, até os 7 anos de idade, do sexto ao nono ano de vigência do plano; e até o final dos 6 anos de idade, a partir do décimo ano de vigência do plano.

Proporção de crianças não alfabetizadas com 8 anos de idade (2010):

Brasil: 15,2%

SP: 7,6%

Alfabetização das crianças hoje no país

	Taxa de Atendimento de 4 e 5 anos - 2011	Taxa de crianças não alfabetizadas aos 8 anos - 2010
BR	81,7%	15,2%
AL	83,4%	35,0%
MA	91,8%	34,0%
PA	76,9%	32,2%
PI	92,1%	28,7%
RO	53,3%	11,0%
SP	88,6%	7,6%
DF	75,2%	6,8%
MG	80,1%	6,7%
RS	66,3%	6,7%
SC	76,9%	5,1%
PR	73,2%	4,9%

Fonte: IBGE

Prova ABC - 2011			
	Escrita	Leitura	Matemática
Brasil	53,3%	56,1%	42,8%
SE	65,8%	62,8%	47,9%

Qualidade da Educação Básica: mais tempo para aprendizagem

Meta 6: *Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de modo a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica.*

Situação atual (2011):

30,5% das escolas e 8,2% das matrículas em tempo integral

na educação pública

59% nas creches; 7% na pré-escola; 7,4% no EF; e 1,2% no EM

- ✓ Conceitos de educação em tempo integral e políticas de ampliação da jornada

Qualidade da Educação Básica: mais aprendizagem no ensino fundamental e médio

***Meta 7:** Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:*

	1º ano	3º ano 2015	5º ano 2017	7º ano 2019	10º ano 2021
EF Iniciais	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
EF Finais	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
E. Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2

IDEB em 2011	Brasil	São Paulo
EF Iniciais	5,0	5,6
EF Finais	4,1	4,7
E. Médio	3,7	4,1

⇒ muitas estratégias (35), mas sem polêmica na meta

⇒ "direitos e objetivos de aprendizagem dos alunos"

Qualidade da Educação Básica: aprendizagem e rendimento escolar

Proporção de Estudantes com Conhecimento Esperado nas provas do SAEB - 2011

	EF – 5º ano		EF – 9º ano		E. Médio	
	L. Port.	Mat.	L. Port.	Mat.	L. Port.	Mat.
Brasil	40,0%	36,3%	27,0%	16,9%	29,2%	10,3%
SP	49,1%	47,0%	32,4%	19,3%	35,9%	11,4%

Escolaridade média e equidade

Meta 8: *Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos de modo a alcançar mínimo de doze anos de estudo no último ano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.*

Situação atual (2011) - Média de anos de estudo

População de 18 a 24 anos: 9,5

Campo: 7,7

Mais pobres: 7,7

Negros: 8,9

Erradicação do analfabetismo

Meta 9: *Elevar a taxa de alfabetização da população com 15anos ou mais para 93,5 até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.*

Situação atual (2011):

Taxa de analfabetismo absoluto: 8,6% da população com mais de 15 anos analfabeta.

Dos analfabetos, 42,6% com mais de 60 anos de idade e 35,5%, entre 40 e 59 anos.

Taxa de analfabetismo funcional (pessoas com 15 ou mais anos de idade): 20,4% (IBGE)

Na faixa de 18 a 24 anos de idade, 15 milhões não completaram a educação básica. Entre esses, para 8,6 milhões, falta 1 ano; para 2 milhões, faltam 2 anos; para 1,5 milhão, faltam 3 anos. 3,2 milhões já estavam estudando em 2009.

Modalidades de educação básica: educação de jovens e adultos

Meta 10: *Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, nos ensinos fundamental e médio.*

Situação atual (em 2012):

Ensino fundamental: 0,1% das matrículas (18,6 mil em 2,6 milhões)

Ensino médio: 2,6% das matrículas (36 mil em 1,4 milhões)

⇒ **Relevância da meta**

⇒ **Distância da realidade atual em relação à meta**

Educação profissional e técnica

Meta 11: *Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público. (proposta da oposição)*

Relatório SF: oferta pública por oferta gratuita

- ✓ Em 2009, matrículas de educação profissional integradas, concomitantes ou subsequentes = 14% da matrícula do ensino médio (países europeus = 30% a 70%)
- ✓ Oferta de ensino superior cinco vezes maior que a de cursos técnicos e a demanda por trabalhadores exatamente inversa

Expansão da matrícula na Ed. Superior

Meta 12: *Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das matrículas, no segmento público.*

Relatório SF: oferta pública por oferta gratuita

PNAD/IBGE, 2001 para 2009:

Matrícula bruta de 15% para 26%

Matrícula líquida de 8,9% para 14,6%

OCDE, entre 39 países, média de 35% de 25 a 34 anos com ensino superior completo e, no Brasil, 11%

Qualidade da Educação Superior

***Meta 13:** Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 33% doutores.*

Proposta da oposição para meta incluída como estratégia: elevar a qualidade da educação superior, por meio do aumento gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais (...) e da melhoria dos resultados de aprendizagem (...) no ENADE

Expansão da Pós-Graduação

Meta 14: *Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação **stricto sensu**, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.*

- ✓ Meta quantitativa e estratégias relacionadas à expansão da oferta e ao financiamento
- ✓ Necessidade de direcionamento da oferta para necessidades estratégicas de desenvolvimento do País e meta de qualidade da pós-graduação

Formação inicial do Magistério da Educação Básica

Meta 15: *Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação e valorização dos profissionais da educação básica, assegurado que **todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior**, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam .*

Situação atual (2012):

Dos 2,1 milhões de professores, 1,6 milhões (76%) com nível superior; desses, 88% com licenciatura.

⇒ Viabilidade da meta, formação para educação infantil e anos iniciais do fundamental, segunda licenciatura, qualidade da formação inicial

Formação continuada do Magistério da Educação Básica

Meta 16: *Formar em nível de pós-graduação 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.*

- ⇒ Mais de 50% dos atuais professores da educação básica com pelo menos uma pós-graduação lato sensu
- ⇒ Necessidade de adequação da pós-graduação *stricto sensu* para a docência na educação básica.

Remuneração do Magistério da Educação Básica

Meta 17: Valorizar os profissionais do magistério público das redes públicas da educação básica, a fim de equiparar o seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, ao final do sexto ano.

Relatório SF: acréscimo de estratégia para prorrogação do Fundeb

PNAD/2009, salário médio:

Profs ganham **61%** mais que demais profissionais, mas média de escolaridade de profs é **13,9 anos** de estudo e demais ocupados, exceto profs, é 5 anos

Entre profissionais com nível superior, profs ganham **38%** menos do que demais profissionais.

Variação percentual (2003-09): Não professores: **33%**
Professores: **54%**

Carreira do Magistério da Educação Básica

*Meta 18: Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e **superior** pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do art. 206, VIII, da CF.*

Em 2011:

✓ das 27 UFs, 4 com PCR anterior à LDB/96; 10 anteriores ao PNE/01 e 17 elaborados entre 2001 e 2010

✓ dos 5.532 Municípios, 43% com plano de carreira

⇒ Qualidade das carreiras: valorização profissional articulada com resultados e viabilidade financeira

Gestão da Educação Básica

Meta 19: *Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.*

Tensão :

- ✓ nomeação de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar
- ✓ Relatório do SF: provimento da direção das escolas e também decisões colegiadas e autonomia da escola
- ✓ na meta no PL original, na estratégia no Substitutivo da CD e volta à meta no Parecer em discussão no SF

Financiamento da Educação- Meta 20

Texto original do PL: investimento público em educação até atingir, 7% do PIB

Substitutivo 1 do Dep. Ângelo Vanhoni: investimento público total em educação até atingir 8% do PIB

Texto final da CD: investimento público em educação pública até 7% do PIB no 5º ano do PNE e 10% do PIB ao final do decênio

Substitutivo Sen. José Pimentel: investimento público em educação até atingir 10% do PIB ao final do decênio.

Polêmicas		
investimento público ou público total	educação ou educação pública	7% ou 8% ou 10% do PIB

Aplicação em educação em % do PIB – países selecionados

Ordem	Países	PIB %	Ordem	Países	PIB %
1	China	1,9	15	Canadá	5,2
2	Uruguai	2,9	16	Estados Unidos	5,3
3	Índia	3,2	17	Africa do Sul	5,4
4	Indonésia	3,2	18	México	5,4
5	Chile	3,2	19	Áustria	5,4
6	Argentina	3,8	20	Portugal	5,5
7	Rússia	3,8	21	França	5,7
8	Paraguai	4,0	22	Bolívia	6,4
9	Brasil	4,0	23	Noruega	7,2
10	Espanha	4,2	24	Dinamarca	8,3
11	Austrália	4,5	25	Botswana	8,7
12	Coréia do Sul	4,6	26	Cuba	9,1
13	Alemanha	4,6	27	Yemen	9,6
14	Japão	4,9		Média	5,2

Fonte: Texto de Amaral, Nelson Carneiro - doutor em educação.

Recursos financeiros aplicados por pessoa em idade educacional

Critérios para medir a aplicação de recursos em educação:

1. Percentual do PIB aplicado em educação
1. Valor do PIB
3. Quantidade de pessoas em idade educacional

RANKING	PAÍSES	%PIB	% POPULAÇÃO EM IDADE EDUCACIONAL	US\$ POR PESSOA EM IDADE EDUCACIONAL
1	YEMEN	9,6	51	473
2	ÍNDIA	3,2	42	236
3	PARAGUAI	4,0	39	408
4	BOLÍVIA	6,4	42	695
5	INDONÉSIA	3,2	33	395
6	CHINA	1,9	30	419
7	BRASIL	4,0	45	959
21	ESPANHA	4,2	22	6.477
22	AUSTRÁLIA	4,5	25	6.969
23	ALEMANHA	4,6	22	7.187
24	JAPÃO	4,9	20	7.862
25	EUA	5,3	28	8.816
26	ÁUSTRIA	5,4	23	9.346
27	NORUEGA	7,2	27	15.578

Fonte: Texto de Amaral, Nelson Carneiro - doutor em educação.

Fonte: Texto de autoria de Nelson Cardoso do Amaral, doutor em educação. o Novo PNDE e o Financiamento da Educação no Brasil.

Percentual investido em educação em relação ao PIB - Brasil 2000 - 2010

	Percentual do Investimento Público Direto em Relação ao PIB							
	Total	Níveis de Ensino					Ensino Médio	Educação Superior
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental				
				Anos Iniciais	Anos Finais			
2000	3,9	3,2	0,3	1,3	1,1	0,5	0,7	
2001	4,0	3,3	0,3	1,3	1,1	0,6	0,7	
2002	4,1	3,3	0,3	1,5	1,1	0,4	0,8	
2003	3,9	3,2	0,3	1,3	1,0	0,5	0,7	
2004	3,9	3,2	0,3	1,3	1,1	0,5	0,7	
2005	3,9	3,2	0,3	1,4	1,1	0,4	0,7	
2006	4,3	3,6	0,3	1,4	1,3	0,6	0,7	
2007	4,5	3,8	0,4	1,5	1,4	0,6	0,7	
2008	4,7	4,0	0,4	1,5	1,5	0,7	0,7	
2009	5,0	4,2	0,4	1,6	1,6	0,7	0,7	
2010	5,1	4,3	0,4	1,6	1,5	0,8	0,8	

Fonte: Inep/MEC

Relatório SF: em 2011, investimento público de 5,3% e total de 6,1%

Financiamento da Educação: grandes dilemas

- ✓ Despesas com previdência social:
 - ✓ Reforma da previdência insuficiente e ainda com efeito retardado. Regras muito pródigas.
 - ✓ Exemplo: Brasil: 3,2% do PIB para pensões, Países da OCDE: 0,8%. Países com condições populacionais semelhantes às do Brasil: 0,2%.
 - ✓ Tendência de crescimento dos gastos previdenciários nos Estados e Municípios. Estados: 13% da RCL.
- ✓ Necessidade de aplicar mais recursos em saúde.
- ✓ Carga tributária já alta: 25,3% (1993) e 34,7% (2010).
- ✓ Solução proposta pelo governo: destinação dos royalties para a educação

Tensões no debate do PNE: concepções político-educacionais

- ✓ Concepções de democracia:
 - ✓ representativa versus participativa
 - ✓ Executivo e Legislativo versus movimentos sociais
- ✓ Função social da escola:
 - ✓ saber universal versus saberes populares
- ✓ Papel do Estado:
 - ✓ público/estatal versus privado, comunitário, confessional e filantrópico
- ✓ Direcionamento das políticas públicas:
 - ✓ demandas corporativas versus necessidades da população

Enquanto isso, matrículas públicas se reduzem e privadas crescem

Número de Matrícula na Educação Básica por Dependência Administrativa – Brasil – 2007-2012

Ano	Total Geral	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
2007	53.028.928	46.643.406	185.095	21.927.300	24.531.011	6.385.522
2008	53.232.868	46.131.825	197.532	21.433.441	24.500.852	7.101.043
2009	52.580.452	45.270.710	217.738	20.737.663	24.315.309	7.309.742
2010	51.549.889	43.989.507	235.108	20.031.988	23.722.411	7.560.382
2011	50.972.619	43.053.942	257.052	19.483.910	23.312.980	7.918.677
2012	50.545.050	42.222.831	276.436	18.721.916	23.224.479	8.322.219
Dif.	-4,69%	-9,48%	49,35%	-14,62%	-5,33%	30,33%

Fonte: Inep/MEC

Estado de São Paulo

Matrículas na Educação Básica no Estado de São Paulo – 1996 a 2012							
Etapa	Rede	1996		2007		2012	
Educação Infantil	Estadual	488	0,1%	1.146	0,1%	1.195	0,1%
	Municipal	829.034	85,1%	1.227.713	74,8%	1.242.601	67,4%
	Privada	144.483	14,8%	412.216	25,1%	598.362	32,5%
	Federal	0	0,0%	269	0,0%	358	0,0%
	Total	974.005		1.641.344		1.842.516	
Ensino Fundamental	Estadual	5.078.539	77,3%	2.841.788	47,8%	2.406.085	42,4%
	Municipal	726.704	11,1%	2.278.235	38,3%	2.285.833	40,3%
	Privada	767.079	11,6%	827.136	13,9%	978.545	17,3%
	Federal	0	0,0%	222	0,0%	202	0,0%
	Total	6.572.322		5.947.381		5.670.665	
Ensino Médio	Estadual	1.319.158	78,8%	1.470.524	85,5%	1.578.408	84,3%
	Municipal	33.538	2,0%	19.240	1,2%	23.395	1,2%
	Privada	320.290	19,2%	227.153	13,2%	270.697	14,4%
	Federal	0	0,0%	1.775	0,1%	1.212	0,1%
	Total	1.672.986		1.718.692		1.873.712	
Total Educação Básica		9.219.313		9.307.417		9.386.893	

Fonte: Inep/MEC - somente ensino regular